

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **5 a 8 de agosto de 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.



SEMANA NO CONGRESSO NACIONAL

Retorna os trabalhos legislativos do 2º semestre do ano, com a retomada da discussão e votação em 2º turno da proposta de Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, e mais de uma dezena de medidas provisórias que podem caducar sua vigência se não forem deliberadas em breve espaço de tempo, dentre elas consta a MP 881/19, da Liberdade Econômica, que na Comissão Mista incluiu a modificação em 36 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No Senado consta proposta de alteração constitucional com o objetivo de vedar decisões liminares individual de ministros do Supremo Tribunal Federal em todos os processos que afetem políticas públicas ou suspendam a tramitação legislativa.

Cenário Político: O reinício dos trabalhos no parlamento deve ser com discussões acaloradas diante do desgaste trazido ao ambiente político pelas declarações recentes do presidente Jair Bolsonaro referente a morte do pai de Felipe Santa Cruz, presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil que afirmou que “contaria como morreu o pai dele, opositor à ditadura militar”.



Plenário

3ª feira, 4ª feira e 5ª feira

Licitações e contratos da administração pública

Projeto de Lei 1.292, de 1995, que altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas p licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Reforma da Previdência

Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019, modifica o sistema de previdêr social, estabelece regras de transição e disposições transitórias.

Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania

3ª feira, 4ª feira e 5ª feira

Reuniões convocadas, contudo, a pauta não foi divulgada até o momento



Comissão de Direitos da Mulher

4ª feira

Reunião convocada, contudo, sem divulgação da pauta.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

4ª feira

Reunião convocada, contudo, sem divulgação da pauta.

Comissão de Finanças e Tributação

4ª feira

Reunião convocada, contudo, sem divulgação da pauta.

Comissão de Seguridade Social e Família

4ª feira

Reunião convocada, contudo, sem divulgação da pauta.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

4ª feira às 10h

Reunião convocada, contudo, sem divulgação da pauta.



Plenário

Proposta de Emenda à Constituição 82 de 2019, tendo como primeiro signatário o senador Oriovisto Guimarães, propondo modificar os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais, com parecer aprovado pela CCJ com relatoria do senador Esperidião Amin.



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

2ª feira às 9h

Previdência e Trabalho

Audiência Pública com o objetivo de debate sobre: Previdência e Trabalho, com foco na atual proposta de Reforma da Previdência, com as participações dos seguintes convidados: 1) Mauro Silva, presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO); 2) Achilles Linhares de Campos Frias, diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SIMPROFAZ); 3) Miguel Eduardo Torres, presidente da Força Sindical e CNTM - Sindicato dos Metalúrgicos São Paulo; 4) Valeir Ertle, secretário de Assuntos Jurídicos da CUT Nacional; 5) Décio Bruno Lopes, presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); 6) Edson Índio, secretário Executivo da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora; 7) representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; 8) representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Comissão de Assuntos Sociais

4ª feira às 9h30

Afastamento do trabalho sem desconto na remuneração

Projeto de Lei do Senado 240 de 2017, de iniciativa da senadora Rose de Freitas, propondo alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, para fixar as regras sobre os afastamentos do empregado sem prejuízo do salário, com relatório do senador Paulo Paim concluindo pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Vale-transporte

Projeto de Lei do Senado 332 de 2016, de iniciativa do senador Acir Gurgacz, para alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei do Vale-transporte, com o objetivo de estabelecer sanções aos infratores que não respeitarem os critérios relativos à concessão do vale-transporte ao trabalhador, com relatório apresentado pelo senador Paulo Paim concluindo pela aprovação com substitutivo.

Pagamento do salário-maternidade

Projeto de Lei do Senado 142 de 2016, de iniciativa do senador Telmário Mota (PDT-RR), que altera a Lei da Previdência Social, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança, seja realizado diretamente pelo empregador, com relatório da senadora Leila Barros (PSB-DF), concluindo pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE.

BPV/LOAS para acometidos por doença grave

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 55 de 1996, de autoria do então senador Casildo Maldaner, propondo alterar os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave.



Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

4ª feira às 10h

Pagamento dos honorários periciais

Projeto de Lei 2999 de 2011, de iniciativa da presidência da República, propondo a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e que tramitem sob responsabilidade da Justiça Federal, com relatório do senador Fernando Bezerra Coelho concluindo pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Licença-adoptante

Projeto de Lei do Senado 796 de 2015 (Complementar), de do senador Roberto Rocha (PSB-MA), com o objetivo de alterar a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014, para estender a estabilidade provisória no emprego para as empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção, com relatório da senadora Daniela Ribeiro concluindo pela aprovação do projeto na forma de substitutivo para assegurar o direito também, àquele que detiver a guarda de filho adotivo, em caso de

Brasília-DF, 5 de agosto de 2019.

Relações Institucionais da CNTC

É permitida a reprodução desde que citada a fonte.